



01-05-2007

## Protocolo de Estado

# Associação questiona presença de cardeal no Parlamento

Por Eunice Lourenço

**A sessão solene do 25 de Abril foi a primeira cerimónia com a presença de outras confissões religiosas. Mas a Associação República e Laicidade questiona a presença do cardeal patriarca na tribuna de honra**

A Associação República e Laicidade enviou uma carta ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, pedindo que justifique a presença do cardeal Patriarca de Lisboa na tribuna de honra do Parlamento na sessão solene do 25 de Abril.

Esta foi, no entanto, a primeira cerimónia do género em que foram convidados, e estiveram presentes, os representantes de outras confissões religiosas.

Dando cumprimento à nova lei do protocolo de Estado, a Assembleia da República dirigiu convites às confissões religiosas com dimensão em Portugal. E foram vários os seus representantes que aceitaram o convite e assistiram à cerimónia na galeria central do hemiciclo.

A mesma lei permite a quem organiza a cerimónia dar um lugar privilegiado ao representante de alguma confissão. Foi o que o Parlamento fez em relação ao cardeal José da Cruz Policarpo, que se sentou na mesma tribuna em que estiveram os ex-Presidentes da República e respectivas mulheres.

Houve, mesmo assim, uma diferença em relação a cerimónias anteriores: este ano, o cardeal já não teve uma cadeira diferente e colocada num plano mais elevado.

Não fazendo qualquer referência a estas diferenças nem à presença das outras confissões, a Associação República e Laicidade manifesta o seu desagrado pela presença do cardeal na tribuna. **«O cidadão José Policarpo não assumiu jamais nem o cargo de Presidente da República, nem da Assembleia da República, nem de primeiro-ministro»**, lê-se no texto, em que se pede a Gama que esclareça qual o **«critério que explica este convite e a dignidade conferida a este representante de uma igreja, ainda mais sabendo-se que o papel que a Igreja Católica desempenhou perante o Estado Novo não foi de oposição activa ao regime e nem sequer de apoio passivo às acções de resistência ao fascismo»**.